

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO

VINICIUS GOMES DA SILVA

**MUDANÇAS NO PERFIL DOS DEPUTADOS FEDERAIS NOS TRÊS PRINCIPAIS
PARTIDOS POLÍTICOS DO BRASIL (PT, PMDB E PSDB)
EM 24 ANOS DE DEMOCRACIA**

**CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ
2016**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO

VINICIUS GOMES DA SILVA

**MUDANÇAS NO PERFIL DOS DEPUTADOS FEDERAIS NOS TRÊS PRINCIPAIS
PARTIDOS POLÍTICOS DO BRASIL (PT, PMDB E PSDB)
EM 24 ANOS DE DEMOCRACIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Laboratório de
Gestão e Políticas Públicas – LGPP/UENF – como pré-requisito
para a obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

Orientador: Prof. Dr. Hugo Alberto Borsani Cardozo

**CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ
2016**

VINICIUS GOMES DA SILVA

**MUDANÇAS NO PERFIL DOS DEPUTADOS FEDERAIS NOS TRÊS PRINCIPAIS
PARTIDOS POLÍTICOS DO BRASIL (PT, PMDB E PSDB)
EM 24 ANOS DE DEMOCRACIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Laboratório de
Gestão e Políticas Públicas – LGPP/UENF – como pré-requisito
para a obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

Aprovado em 20 de dezembro de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Hugo Alberto Borsani Cardozo (orientador)
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)

Prof.^a Dr.^a Soraia Marcelino Vieira
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Prof.^a Dr.^a Joseane de Souza
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)

*Dedicado a Deus,
Dono de toda a ciência, sabedoria e poder!*

AGRADECIMENTOS

Mais um objetivo alcançado e tenho que ser grato a todos que estiveram ao meu lado nesses últimos quatro anos de graduação, período de alegrias e tristezas, muito estresse, cansaço, mas que valeu apenas cada dia!

Agradeço infinitamente a Deus, por até aqui ter me sustentado! Ele que é meu amigo fiel em todos os momentos! Meu guia, meu protetor e socorro bem presente nas horas das tribulações!

Ao meu pai, à minha mãe e às minhas irmãs, por estarem sempre ao meu lado me ajudando, me incentivando e me apoiando em todos os meus “terríveis” e grandiosos sonhos!

Ao meu amigo Pedrinho Cherene, ao qual sou fã e admirador, pois com ele aprendo a cada dia o real significado de ser ético, de ser um excelente profissional, de ser um excelente gestor e administrador da coisa pública!

Aos meus amigos da Primeira Turma da Administração Pública da UENF: Amanda Rodrigues, Débora Rodrigues, Élvia Alvarenga, Henrique Vasconcellos, Iully Muniz, Lara Dolinski, Lohana Chagas, Mariana Monteiro, Maycon Rohen, Rafaela Nogueira, Roger Felipe, Samira Guimarães e Thaís de Azevedo. Foi muito bom conhecê-los e com certeza as amizades permanecerão!

Às minhas eternas alfabetizadoras que despertaram em mim, desde minha tenra infância, o desejo pelo ensino: Léa Figueiredo (*in memoriam*), Cláudia Márcia, Dilênia Ribeiro, Josielma Azevedo e Ângela Maria.

Ao meu orientador e professor Hugo Borsani, que me inseriu num “mundo das pesquisas” das elites políticas! Obrigado professor pela generosidade em me ensinar, pelas ajudas, correções e pelas várias orientações!

À Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) pela bolsa de Iniciação Científica que financiou minha pesquisa de 2014 a 2016.

A todos os professores do Laboratório de Gestão e Políticas Públicas (LGPP) que contribuíram para o meu ensinamento, meu amadurecimento acadêmico e por despertar em mim o desejo pelas pesquisas!

Por fim, agradeço a UENF pela oportunidade, pela formação e capacitação!

A todos o meu carinho e respeito!

“Quem não se interessa pela política, não se interessa pela vida.”

Ulysses Guimarães

RESUMO

Este trabalho tem como principal propósito analisar e identificar se houve mudanças no perfil dos deputados federais dos três partidos de maior relevância no sistema político brasileiro, desde a completa redemocratização, e que atualmente contam com o maior número de parlamentares eleitos: PT, PMDB e PSDB. Para tanto foram levantados e analisados os dados biográficos e as principais características nos perfis desses parlamentares eleitos para a 49ª legislatura (1991-1995) e os eleitos para a atual legislatura (2015-2019), identificando de forma comparada mudanças ou estabilidades no perfil dos parlamentares destes três partidos.

Palavras-chave: Elites políticas, partidos políticos, Brasil.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Número de prefeitos eleitos pelo PT (1982 – 2016).....	24
Tabela 2. Número de governadores eleitos pelo PT (1982 – 2014).....	24
Tabela 3. Número de parlamentares eleitos pelo PT para o Congresso Nacional (1982 – 2014).....	25
Tabela 4. Número de prefeitos eleitos pelo PMDB (1982 – 2016).....	27
Tabela 5. Número de governadores eleitos pelo PMDB (1982 – 2014).....	27
Tabela 6. Número de parlamentares eleitos pelo PMDB para o Congresso Nacional (1982 – 2014)...	28
Tabela 7. Número de prefeitos eleitos pelo PSDB (1988 – 2016).....	31
Tabela 8. Número de governadores eleitos pelo PSDB (1990 – 2014).....	31
Tabela 9. Número de parlamentares eleitos pelo PSDB para o Congresso Nacional (1990 – 2014)....	31
Tabela 10. Quantidade de deputados analisados por partidos e períodos.....	33
Tabela 11. Deputados segundo o gênero (em %).....	34
Tabela 12. Média de idades dos deputados.....	35
Tabela 13. Faixa etária dos deputados (em %).....	35
Tabela 14. Nível de escolaridade dos deputados (em %).....	36
Tabela 15. Formação dos parlamentares (em %).....	38
Tabela 16. Profissão dos deputados (em %).....	40
Tabela 17. Número de mandatos na Câmara dos Deputados por período (em %).....	41
Tabela 18. Primeiro cargo eletivo dos deputados por período (em %).....	42
Tabela 19. Participação em cargos de associações ou sindicatos (em %).....	43

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANC - Assembleia Nacional Constituinte
ARENA - Aliança Renovadora Nacional
CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CUT - Central Única dos Trabalhadores
DHBB - Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro
FGV - Fundação Getúlio Vargas
FHC – Fernando Henrique Cardoso
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MUP - Movimento de União Progressista
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PDT - Partido Democrático Trabalhista
PFL - Partido da Frente Liberal (atual DEM)
PL – Partido Liberal (atualmente fundido com o PRONA formou o PR)
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN – Partido da Mobilização Nacional
PP – Partido Progressista
PPB – Partido Progressista Brasileiro (atual PP)
PR – Partido da República
PRB – Partido Republicano Brasileiro
PRN - Partido da Reconstrução Nacional
PROS - Partido Republicano da Ordem Social
PSB - Partido Socialista Brasileiro
PSC - Partido Social Cristão
PSD – Partido Social Democrático
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
PTC – Partido Trabalhista Cristão
PTN – Partido Trabalhista Nacional
SPSS - Statistical Package for Social Sciences
TSE – Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
METODOLOGIA.....	11
CAPÍTULO 1: CONCEITOS RELEVANTES.....	14
A classe política: uma minoria que governa	14
Os políticos profissionais.....	16
Os estudos das elites políticas	17
Resumo do capítulo	20
CAPÍTULO 2: OS TRÊS PRINCIPAIS PARTIDOS DO BRASIL.....	21
O Partido dos Trabalhadores	21
O Partido do Movimento Democrático Brasileiro.....	25
O Partido da Social Democracia Brasileira	29
Resumo do capítulo	32
CAPÍTULO 3: O PERFIL DOS DEPUTADOS.....	33
O gênero dos deputados	33
Idade dos deputados	34
O nível de escolaridade	36
A formação dos parlamentares	37
A profissão dos deputados	38
Quantidades de mandatos na Câmara dos Deputados	41
A porta de entrada nos cargos públicos eletivos.....	42
Participação em direção de associações ou sindicatos.....	42
Resumo do capítulo	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	46

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho monográfico é identificar as principais mudanças ou estabilidades no perfil dos deputados federais dos três principais partidos do sistema político brasileiro, PT, PMDB, e PSDB, eleitos em 1990 e 2014, ou seja, em duas eleições com um interstício de tempo de 24 anos.

Esta proposta de monografia está baseada no plano de trabalho de Iniciação Científica desenvolvido no marco de pesquisa "Evolução do perfil e trajetória política da representação legislativa na América Latina: Brasil, Chile e Uruguai", coordenada pelo Prof. Hugo Borsani (LESCE/CCH/UENF). Também constituiu parte dos trabalhos apresentados no VII e no VIII Congresso Fluminense de Iniciação Científica e Tecnológica, realizados na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, em 2015 e 2016 respectivamente. Os dados correspondentes aos deputados eleitos em 1990 correspondem à pesquisa específica para o presente trabalho de monografia.

O trabalho se inclui na linha de estudos sobre elites políticas, que tem suas origens em autores clássicos como Mosca, Pareto e Weber, mas que começa a ser desenvolvido de forma mais sistemática a partir do trabalho de Putnam (1976), adquirindo crescente atenção à análise das características sócio-demográficas dos representantes políticos, os tipos e níveis de profissionalização e as estratégias de carreira política. Desde Max Weber muitos autores tem enfatizado a proeminência dos advogados nos legislativos. Putnam (1976) mostra que os advogados estavam bem representados nas legislaturas da maioria das democracias ocidentais.

Best e Cotta (2000), em uma ampla pesquisa em 11 países europeus entre 1848 e 2000, observaram as mudanças nas condições de recrutamento ao longo do tempo, pautado pelo processo de democratização. Esse processo implicou uma série de transformações no perfil da representação política nos legislativos dos países analisados, como o incremento da participação das mulheres, o aumento dos níveis de escolaridade e a diversificação das profissões.

Para melhor compreensão, este trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro capítulo discute alguns conceitos básicos sobre a “teoria das elites”, os ditos “políticos profissionais”, a importância de se estudar as elites políticas e informações sobre algumas análises recentes da classe política brasileira. No segundo capítulo contém uma breve investigação sobre a história e a trajetória dos três principais partidos políticos brasileiros, partidos estes onde se

encontram os representantes que são objetos das análises desta pesquisa: PT, PMDB e PSDB. O terceiro capítulo possui as análises feitas com as principais características dos deputados como: gênero, idade, escolaridade, formação, profissão, quantidade de legislaturas, o primeiro cargo eletivo dos parlamentares e a participação ou não em cargos de direção em diferentes tipos de associações ou sindicatos. Por fim, é apresentada as considerações finais deste trabalho.

METODOLOGIA

A principal fonte de informação deste projeto foi a base de dados elaborada na atividade da pesquisa de Iniciação Científica já citada. Em primeiro lugar, os parlamentares considerados para essa pesquisa foram os deputados efetivamente eleitos como titulares do cargo, nos partidos do PT, PMDB e PSDB, nas eleições de outubro de 1990 e 2014, independentemente de ter continuado ou não no cargo por todo o período legislativo para o qual foram eleitos. Não foram considerados nessa análise os suplentes de deputados, ou seja, aqueles que em algum momento ocupou temporariamente o cargo ou que assumiu efetivamente o mandato devido à perda, afastamento, cassação ou morte do titular do mandato. Os resultados eleitorais foram retirados do *site* do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A base de dados foi elaborada a partir das informações sobre a vida pregressa dos deputados federais até a data de cada eleição. Estas biografias são editadas pela Câmara dos Deputados a cada legislatura, sendo elas autodeclaradas, ou seja, os dados se baseiam nas informações que os próprios deputados forneceram à Câmara quando da sua posse em cada legislatura. Estas informações estão disponíveis no *site* da Câmara dos Deputados.

Como fonte complementar foi utilizada o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB), elaborado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Páginas pessoais da *web* dos deputados e dos respectivos partidos políticos também foram consultadas.

São oito as variáveis utilizadas neste trabalho para se investigar o perfil dos parlamentares: gênero, idade, escolaridade, formação, profissão, quantidade de legislaturas, o primeiro cargo eletivo dos parlamentares e a participação ou não em cargos de direção em associações ou sindicatos. As análises estatísticas descritivas e os cruzamentos dos dados coletados foram processados no *software* de análise de estatística SPSS.

Uma segunda observação metodológica que merece ser destacada está na análise do perfil profissional, devido às diferenças existentes entre a formação acadêmica e a profissão ou ocupação efetivamente desempenhada. Para esta pesquisa a variável “formação” se refere ao título universitário ou a formação escolar e a “profissão” significa a ocupação principal anterior ao início da carreira parlamentar.

Nos casos onde parlamentares declararam possuir duas ou mais formações acadêmicas optou-se pela titulação que o parlamentar utiliza para desempenhar a profissão definida. Já nos casos onde os legisladores informaram possuir duas ou mais ocupações, decidiu-se pela profissão que esses deputados tinham praticado por mais tempo antes do início da carreira legislativa, havendo dúvidas, considerou-se a ocupação mais importante financeiramente e a carreira que mais “influencia a habilidade do indivíduo para exercer cargos públicos na burocracia” (Carvalho, 1996). Pelo fato de terem sido encontradas 34 diferentes formações e 30 profissões nas biografias analisadas, houve a necessidade de agregar essas formações e ocupações em categorias para melhor análise. Essas categorias foram definidas no projeto de pesquisa em que estava inserido o trabalho de Iniciação Científica.

Na categoria “magistério” estão concatenadas todas as formações das licenciaturas e pedagogia para o exercício da atividade docente, onde foram encontradas as seguintes licenciaturas: Licenciatura em Biologia, Licenciatura em Educação Física, Licenciatura em Estudos Sociais, Licenciatura em Filosofia, Licenciatura em História, Licenciatura em Letras, Licenciatura em Matemática e Licenciatura em Teologia.

Em “outras formações universitárias” encontram-se aqueles deputados com os seguintes diplomas: Agronomia, Arquitetura e Urbanismo, Bacharel em Ciências do Esporte, Bacharel em Geografia, Bacharel em Teologia, Ciências da Computação, Comunicação Social, Contabilidade, Farmácia, Geologia, Marketing, Veterinária, Odontologia, Processamento de Dados, Psicologia, Serviço Social e Jornalismo. Já os deputados considerados “sem título” são aqueles que não possuem uma formação específica e definida, são os parlamentares que possuem apenas o nível fundamental, médio ou superior incompleto.

No caso das profissões, a categoria “empresário” foi entendido num sentido amplo da profissão, não havendo distinção quanto aos pequenos, médios e grandes empresários. Os “políticos”, na categorização de profissão, foram considerados aqueles que possuíam, antes da posse para as legislaturas analisadas mais de quatro mandatos eletivos consecutivos, ou seja, mais de 16 anos na carreira pública, não sendo considerados nessa contagem os mandatos de vereadores. Outros parlamentares considerados “políticos” foram aqueles que se iniciaram

muito cedo na vida pública ou se elegeram precocemente em mandatos eletivos, não sendo possível identificar para esses casos atividades profissionais exercidas previamente.

Foram classificados como “funcionários públicos” os profissionais que se autodeclararam servidores ou funcionários públicos, de todos os níveis administrativos (federal, estadual e municipal). Se inclui nesta categoria todos aqueles que possuíam as seguintes ocupações, antes do seu ingresso na Câmara dos Deputados: delegados, juízes, promotores de justiça, policiais e bancários (de instituições estatais). Em “trabalhadores manuais” foram catalogados as profissões manuais, tais como agricultores, metalúrgicos, lavradores e operários, sendo essa categoria criada pelo autor especificamente para o presente trabalho de monografia.

CAPÍTULO 1: CONCEITOS RELEVANTES

Ao se pesquisar os perfis de um agrupamento de parlamentares e entender os principais aspectos que formam estes atores políticos existe a necessidade de se conceituar alguns termos ou expressões ligadas a Ciência Política, como: “elite política”, “classe política” e os ditos “políticos profissionais”. Dentre os principais teóricos elitistas estão Mosca, Pareto e Michels, que introduzem o conceito de elites políticas e a relação de poder e dominação dessas com as respectivas sociedades.

Este capítulo também busca discutir a importância dos estudos desta classe que governa as sociedades de um modo em geral, trazendo e mostrando algumas recentes pesquisas que abordam o tema para países na América Latina e para o Brasil.

A classe política: uma minoria que governa

O conceito de elite política surgiu no final do século XIX, após os trabalhos de Gaetano Mosca e, posteriormente, por Vilfredo Pareto. Logo no início de sua principal obra, “A Classe Política”, Mosca (1957) observa que em todas as sociedades existem duas classes de pessoas: a dos governantes e a dos governados. A classe que governa, chamada por Mosca de “classe política” ou “classe dirigente”, é sempre composta por uma minoria, desempenha todas as funções políticas, monopoliza o poder e desfruta de várias vantagens a ele ligadas. Já a classe dos governados é a mais numerosa, porém, por ser desunida e dispersa é dirigida e regulada pela primeira classe, dos governantes, de um modo mais ou menos arbitrário e violento. Num sentido mais simples, a Teoria das Elites pode ser definida como uma ideia de que sempre haverá, nas sociedades, um grupo mais apto e seletivo a deter o poder, ou seja, uma minoria que governará uma maioria.

Segundo Pareto (1984) há nas diversas áreas das atuações humanas, indivíduos que se destacam dos demais por seus dons e por possuírem qualidades superiores, que compõem uma minoria seleta do restante da sociedade. Pareto então sugere que o poder político e as decisões tomadas estejam restritos a esse seletivo grupo de indivíduos, estes devem possuir o domínio sobre as questões políticas e econômicas. Pareto, então, chama de elites aqueles que integravam os graus mais elevados em níveis de riqueza e de poder (a aristocracia). Na concepção deste autor, o poder de dirigir é o que destaca os que governam dos demais (os governados).

Para Mosca é indispensável que a classe governante tenha uma organização para ter o domínio sobre a classe governada, que é numericamente bem superior. Essa tese pode ser resumida da seguinte maneira: as minorias exercem o poder porque são organizadas, já as maiorias são dominadas por serem desorganizadas.

(...) es fatal el predominio de una minoria organizada, que obedece a um único impulso, sobre la mayoría desorganizada. La fuerza de cualquier minoría es irresistible frente a cada individuo de la mayoría, que se encuentra solo ante la totalidad de la minoria organizada (MOSCA, 1957, p. 110).

Em sua investigação sobre os agrupamentos políticos, Robert Michels (1982) observou que somente uma minoria tomava parte nas principais e importantes decisões dos partidos nas sólidas democracias, onde por seleção, esses grupos se destacariam da massa. Concluiu que até mesmo num grupo limitado o poder se concentra nas mãos de uma minoria. A grande maioria, segundo ele, só poderia decidir sobre as questões básicas ou mais gerais, limitando a participação destes nas atividades organizacionais.

Para Mosca além da grande vantagem de organização, as minorias que governam são constituídas de uma forma onde os indivíduos que as compõem se distinguem da massa dos governados por certas qualidades que lhes outorgam certa superioridade material e intelectual e até moral ou são os herdeiros dos que possuem essas qualidades. As minorias governantes devem se distinguir das maiorias governadas por possuir algum requisito, verdadeiro ou aparente, que seja altamente apreciado e de muito valor na sociedade. Segundo Michels (1982) esse conjunto de requisitos “são as qualidades as quais certos indivíduos conseguem submeter às massas a seu poder”, como, por exemplo, o *status* de autoridade, que se origina da expressão profissional, social e cultural. Já Weber (1980) assinala que essas qualidades, essenciais ao homem de política, são a capacidade demagógica, dons persuasivos e a profissionalização técnica.

As classes políticas, para Mosca podem cair em declínio quando elas já não podem exercer as qualidades mediante as quais chegaram ao poder, ou quando não podem mais prestar o serviço social que prestavam, ou quando suas qualidades e os serviços que prestavam perdem importância no ambiente social onde vivem, sendo naturais os períodos de renovação ou surgimento de uma nova classe política, onde as energias de alguns indivíduos, mais ativos e intrépidos, podem abrir caminho para os graus mais elevados da escala social. No entanto, a nova classe governante a ocupar o poder continuará sendo uma minoria.

Se puede afirmar que la tendencia democrática, es decir, la que procura la renovación de las clases dirigentes, opera de modo constante, con mayor o menor intensidad, en todas las sociedades humanas. Muy a menudo, quizás normalmente, la renovación tiene lugar de un modo rápido y violento porque de manera lenta se han infiltrado en las clases elevadas algunos elementos provenientes de los estratos más humildes (MOSCA, 1957, p. 325).

Os políticos profissionais

Os políticos profissionais surgem, para Michels (1982), na necessidade prática da organização partidária e da burocratização dessas instituições, pois no desenvolvimento e crescimento dos partidos há a carência de se ter um número de pessoas que se dedicam exclusivamente ao seu serviço, tendo esse seleto grupo de indivíduos plenos poderes, outorgados pelas bases, para representar e tratar dos seus assuntos.

Weber (1980) define o político profissional como um homem que considera a política partidária o cerne de sua vida e esse personagem surge da racionalização e da especialização das atividades do partido para as eleições de massa. Max Weber, ainda, divide os políticos profissionais em duas classes, a primeira seriam aqueles que vivem materialmente à custa do partido e de atividades políticas, já a segunda seriam aqueles que vivem “para” a política, estes possuem recursos independentes e são movidos por suas convicções, tornando a política o centro de suas vidas.

Panbianco (1990 *apud* Rodrigues, 2014) define que o profissional da política é simplesmente quem dedica toda a sua vida, ou uma grande parte da atividade profissional, à política e tem nela seu principal meio de sustentação. Segundo essa concepção, os políticos profissionais seriam os que abandonam a profissão para viver unicamente da atividade política. Esses são geralmente pequenos empresários, profissionais liberais (geralmente médicos e advogados), sindicalistas, professores, bancários e outros cidadãos que conseguem trocar a profissão original pela a atividade política, muito mais lucrativa (Rodrigues, 2014, p. 45).

Em seus estudos, Perissinotto e Veiga (2014) distingue a existência de três tipos ideais de políticos profissionais: (i) o político ocasional; (ii) aquele que tem a política como segunda profissão; e (iii) aqueles que tem na política sua profissão principal. Nesse sentido, para os autores, seguindo as concepções de Weber, os políticos profissionais seriam um tipo ideal de agente que se dedica continuada e integralmente apenas à política e tem nela a sua única fonte de remuneração.

Segundo Rodrigues (2014, p. 41) a classe dos políticos profissionais nas democracias de massa é um grupo formalmente aberto e solidário com a classe.

Há sempre alguma rotatividade nos cargos e funções que decorre de derrotas eleitorais, de nomeações para outros cargos e atividades no estado ou, em menor escala, de abandono da política. Mas a taxa de rotatividade é baixa no interior da classe política como um todo. O número dos que nela desejam entrar é sempre muito maior do que os lugares disponíveis. As vantagens que a atividade política vitoriosa oferece são muitas. Os que nela conseguem entrar procuram nela permanecer por toda a vida útil. Nem sempre conseguem, mas quando sofrem uma derrota a solidariedade de classe logo atua para amparar o desempregado com oferta de algum cargo, no setor público geralmente.

Perissinotto e Veiga (2014) e Rodrigues (2014) apontam que o melhor cenário para o poder da classe política surge através do regime democrático representativo, ou governo pelos representantes do povo, segundo Arend Lijphart (2003). Uma destruição desse tipo de sistema de governo levaria os chamados políticos profissionais a uma posição ancilar diante de outras categorias e classes.

Os regimes ideais para a classe política são as democracias representativas estáveis com um poder legislativo autônomo. É a melhor combinação para ampliar a influência dos políticos no sistema de poder, enfraquecer os militares, o poder econômico e também a influência de massas dirigidas por minorias radicais que gostam de levar os conflitos para as ruas, para o campo da ação e não da discussão. Por isso, se todos os demais fatores forem iguais, para os profissionais da política regimes parlamentaristas são mais vantajosos do que os presidencialistas (RODRIGUES, 2014, p. 42).

Democracia representativa e classe política, para Rodrigues (2014), são entidades mutuamente dependentes. Schumpeter (1961) definiu que a democracia é o governo dos políticos profissionais, pois ao gerar uma carreira ligada à competição pelo voto, os regimes representativos acabam criando esses profissionais.

Os estudos das elites políticas

O estudo das elites políticas possui grande importância, pois nas democracias representativas modernas, essas elites controlam o processo decisório, impactando a sociedade em geral. Conhecê-las se torna uma questão essencial para analisar se o perfil destes parlamentares influencia diretamente nas propostas que serão apresentadas e apreciadas pelo Poder Legislativo.

Nos estudos sobre as elites políticas buscam-se investigar o perfil sócio-ocupacional, o processo de formação desses representantes e as suas carreiras e trajetórias políticas. Trata-se

de pesquisar para se conhecer a composição social dessas elites e o processo que os levam ao poder político. Segundo Giovanni Sartori (1982 *apud* Bressan, 2015) esses estudos também consiste em analisar a influência desses atores nos processos políticos, junto aos efeitos da participação da sociedade no funcionamento das instituições democráticas.

Para Codato e Kieller (2008, p. 01) os estudos das elites

(...) revelam certos aspectos da estratificação social e da dinâmica política de uma dada comunidade, associando o poder (sua posse, sua prática) às propriedades sócio-profissionais (procedência de classe, formação ideológica, ocupação profissional, treinamento escolar, experiência política, especialidade técnica etc.) daqueles que estão autorizados a exercê-lo.

Segundo Mezey (1983 *apud* Lemos e Ranincheski, 2003) os primeiros estudos sobre os legisladores se centravam sobre o recrutamento partidário e na sua atuação nos processos de mudanças sociais, como articulação e integração política, legitimação de regimes políticos e elaboração de leis que promovessem mudanças socioeconômicas. Com a profissionalização das carreiras políticas e a institucionalização de novas categorias profissionais, o tema foi adquirindo maior interesse e relevância.

Vários cientistas sociais, após a Segunda Guerra Mundial, dedicaram-se a esses estudos, acrescentando ainda mais às contribuições clássicas de Mosca, Pareto e Michels. Autores como Charles Wright Mills, Robert Dahl, Seymour Lipset, Giovanni Sartori, Ralph Miliband e vários outros, produziram estudos para se conhecer como se formam e são recrutadas as minorias que dominam e governam as sociedades.

Entre os trabalhos que abordam essa temática para países da América Latina cabe citar os trabalhos de Alcántara (2006), Cordero, (2007), Marengo e Serna (2007) e Santana (2008). Para o Brasil cabe mencionar as pesquisas de Santos (2000), Rodrigues (2002), Miguel (2003), Lemos e Ranincheski (2003), Rodrigues (2006) e Rodrigues (2014).

Pesquisando as principais diferenças entre representantes dos partidos de esquerda e direita no Brasil, Chile e Uruguai, Marengo e Serna (2007) identificaram diferenças segundo as ideologias dos partidos. Os partidos de esquerda ou centro-esquerda possuem um perfil de deputados com maior diversificação, em particular com uma proporção mais alta de profissões tradicionalmente vinculadas às classes médias, como professores, profissionais das ciências humanas e funcionários públicos. Os partidos de direita e centro-direita contam com uma composição mais elitista e tradicional, com bancadas compostas, principalmente, por empresários, profissionais liberais e produtores rurais, ou seja, representantes políticos com menor dependência dos recursos da máquina partidária.

Os trabalhos de Rodrigues além de contribuir para o retorno da temática e volta das pesquisas das elites parlamentares, colocam novas questões para análise da classe política. O autor estudando a 51ª Legislatura da Câmara dos Deputados, período compreendido entre 1999-2002, chega a conclusões que há uma “composição social dominante” nas agremiações partidárias que pode ser descrita assim: partidos de esquerda recrutam seus quadros entre intelectuais (professores, jornalistas), profissionais liberais e trabalhadores assalariados qualificados. Partidos de direita, por sua vez, são marcados pela composição social dominante de empresários (de diversos ramos e tamanhos), além de executivos e dirigentes de firmas privadas. E os partidos de centro são definidos mais em função de seu ecletismo, já que vão buscar seus quadros em diversas camadas sociais médias e altas, sejam de empresários, funcionários públicos, profissionais liberais e assim por diante. Temos então um perfil mais elitizado, do ponto de vista econômico, entre a direita; e um perfil típico de rendas médias entre os membros das bancadas de esquerda.

A vitória do Partido dos Trabalhadores na disputa presidencial em 2002, e seu reflexo no aumento da bancada de deputados federais do PT, foi responsável por uma relativa mudança no perfil geral da classe política e todas as esferas de poder. Rodrigues (2006) argumenta que esse fator foi responsável por uma relativa “popularização” da classe política na Câmara dos Deputados. O autor evidencia que com a vitória de Lula e do PT em 2002, houve uma

redução do espaço político dos parlamentares recrutados das classes altas e, por consequência, um aumento da parcela dos deputados federais vindos das classes médias assalariadas e também, mas em menor medida, das classes populares (RODRIGUES, 2006, p. 06).

Na comparação da composição das bancadas eleitas em 1998 e 2002, Rodrigues (2006) verificou uma queda no percentual de indivíduos com perfil mais tradicional e elitista, isto é, os mais ricos, mais educados e de maior *status* e, dentre esses, sobretudo os empresários, de um lado; e, de outro, um aumento no número de indivíduos de profissões típicas da classe média, com um nível de escolaridade relativamente elevada.

Ao avaliar algumas variáveis dos vitoriosos para a Câmara dos Deputados na eleição de 2010, Cervi, Costa, Codato e Perissinotto (2015) concluem que os políticos profissionais preferem e encontram-se, principalmente, nos maiores e mais relevantes partidos, como no PT, PMDB, PSDB e no DEM.

Em estudo comparado do perfil dos parlamentares eleitos dos partidos segundo o governo, PT, e oposição, PSDB e DEM, das eleições de 2002 e 2010, Borsani (2014, p. 22) identifica algumas diferenças entre esses partidos, como

(...) algumas variações na formação e nas ocupações dos deputados do PT indicam um perfil menos tradicional (menos advogados, engenheiros e médicos) e ao mesmo tempo um maior peso de categorias tradicionalmente associadas a partidos mais à direita (empresários e demais categorias do âmbito empresarial, produtores rurais e empresários agrícolas).

Resumo do capítulo

A classe política, conceito protagonista discutido neste capítulo, seria formada por uma elite seleta e organizada, composta por aqueles que vivem da política e que com o passar do tempo fazem dela seu principal meio de vida. O fortalecimento da classe política e o surgimento dos políticos profissionais decorrem da constituição de democracias representativas de massas, pois esse tipo de regime abre espaço à ascensão política destas lideranças.

Estudos sobre a classe política possui grande importância, pois são eles os responsáveis por grande parte das decisões que irão impactar nas ações e nas políticas de um governo e na sociedade em geral. Então conhecer a composição dos parlamentos é fundamental para se compreender a qualidade e a consolidação da democracia e do destino de um país. Cabe destacar que essas pesquisas são recentes, tanto na América Latina, quanto no Brasil.

O próximo capítulo irá tratar sobre os três principais partidos políticos do Brasil na atualidade, berço da classe política onde se concentram os atores principais deste trabalho.

CAPÍTULO 2: OS TRÊS PRINCIPAIS PARTIDOS DO BRASIL

Este capítulo busca descrever as origens, as trajetórias e os perfis dos três principais partidos políticos da história recente do Brasil, o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), partidos estes onde se encontram os parlamentares que são objetos das análises deste trabalho.

No Brasil, atualmente, contêm registrados no Tribunal Superior Eleitoral 35 partidos políticos, sendo o PT, o PMDB e o PSDB os partidos que possuem as maiores forças estruturais, os maiores em números de filiados e de representação parlamentar no Congresso Nacional, em quantidades de governadores, prefeitos, deputados estaduais e vereadores eleitos e sendo aqueles que governam o país, praticamente, desde 1985, tendo apenas um intervalo de tempo (1990 – 1992) com o governo Fernando Collor de Mello, do Partido da Reconstrução Nacional (PRN).

O Partido dos Trabalhadores

Em 10 de fevereiro de 1980, ainda sob a ditadura militar, mas com o retorno do pluralismo partidário, foi fundado o Partido dos Trabalhadores, no Colégio Sion, em São Paulo, sendo este partido reconhecido e oficializado pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral em 11 de fevereiro de 1982.

Para Meneguelo (1989) e Aarão Reis (2007) o PT se formou através de vários grupos e organizações que haviam participado na luta contra o Regime Militar, entre eles vários militantes da Igreja Católica progressista, vários setores da classe média, intelectuais brasileiros, políticos advindos do MDB e importantes líderes de grandes sindicatos do país, como Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Henos Amorina, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, José Cicote, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, Jacó Bittar, presidente do sindicato dos petroleiros de Campinas, Olívio Dutra, presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, dentre outros.

O Partido dos Trabalhadores surgiu como um forte partido de esquerda, defensor do socialismo democrático, com uma estreita ligação entre os movimentos organizados e na luta por direitos e demandas de setores até então marginalizados pela sociedade (mulheres, negros,

índios, homossexuais, etc.). E junto aos movimentos sociais, este partido participou da fundação de grandes e importantes organizações de trabalhadores, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A primeira disputa em eleições do Partido dos Trabalhadores foi em 1982, onde o Partido lançou candidatos em praticamente todos os estados da federação e disputaram as vagas para os legislativos municipais, estaduais e federal. Desta primeira experiência eleitoral, os candidatos petistas conseguiram importantes votações nos governos estaduais e, ainda, o partido elegeu 8 deputados federais¹, 13 deputados estaduais e conseguiram a eleição dos dois primeiros prefeitos desta sigla.

Entre 1984 e 1985 o PT se destacou na luta por eleições diretas para a presidência da república, conhecida como a campanha para as *Diretas Já*. Para Aarão Reis (2007) a liderança do PT nesse processo foi de “extraordinária importância”, pois o partido estava desde o início engajado na campanha e foi o que mais se beneficiou com os dividendos políticos daí advindos e esse processo contribuiu para unificar as tendências dentro do partido.

No pleito de 1986 o PT conseguiu dobrar a força de sua bancada na Câmara dos Deputados, elegendo 16 deputados federais, sendo Lula o deputado federal mais votado do país nesse ano, tendo mais de 650 mil votos, aproximadamente, 4.2% dos votos do estado de São Paulo. Já nas eleições municipais de 1988 o Partido dos Trabalhadores conquistou 38 prefeituras, obtendo importantes vitórias em prefeituras de grandes capitais como em São Paulo, com Luiza Erundina, Porto Alegre, com Olívio Dutra, e Vitória, com Vitor Buaiz.

Nas Eleições Presidenciais de 1989, apesar de derrotados no segundo turno, o PT e seu candidato a presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, saíram fortalecidos deste pleito como os principais líderes da oposição no país. E nas eleições gerais de 1990 o PT continuou a ampliar o peso de sua representação no Congresso Nacional e nas assembleias legislativas nos estados. Nesta eleição os petistas conseguiram eleger o seu primeiro senador da república, Eduardo Suplicy, pelo estado de São Paulo, e mais 35 deputados federais.

Em seus 36 anos o Partido dos Trabalhadores, após três tentativas fracassadas, conseguiu conquistar o cargo de Presidente da República por quatro vezes seguidas, governando o Brasil por 13 anos e 4 meses. A presidente Dilma Rousseff não terminou o seu segundo mandato (2015 – 2018), pois sofreu um processo de impeachment e foi afastada do cargo em maio de 2016.

¹ - Os dados referidos e os demais que seguem abaixo foram retirados do site do Tribunal Superior Eleitoral.

A primeira vitória do PT para a presidência da república aconteceu na disputa eleitoral de 2002, elegendo, no segundo turno, o torneiro mecânico e sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva, em uma composição de alianças entre o PT, PL, PC do B, PMN e PCB. Apesar de um mandato com muitos escândalos políticos e de corrupção, como os casos do “Mensalão”, os escândalos de corrupção nos Correios, os superfaturamentos nas compras de ambulâncias, conhecido como o escândalo dos “Sanguessugas” e a compra de dossiês sobre candidatos adversários envolvendo petistas, o PT se mostrou surpreendente nas eleições gerais de 2006 conseguindo a reeleição de Lula, numa coligação do PT com o PRB e PC do B.

Com uma economia crescendo a 7,5%², uma taxa de desemprego girando em torno de 6,7%³, tendo em sua composição uma grande política de alianças composta por 10 partidos (PT, PMDB, PDT, PC do B, PSB, PR, PRB, PSC, PTC e PTN) e altos índices de popularidade e aprovação do Governo Lula, o PT na eleição de 2010 conquista pela terceira vez o cargo de presidente da república, agora elegendo Dilma Rousseff, primeira mulher a conquistar o cargo de presidente da república no Brasil.

Após enfrentamento de grandes manifestações populares, desde 2013, e uma disputa acirradíssima⁴, Dilma Rousseff é reeleita presidente da república pelo Partido dos Trabalhadores na disputa eleitoral de outubro de 2014, tendo na sua coligação o PT, PMDB, PDT, PC do B, PP, PR PSD, PROS e PRB, com essa vitória o PT obtém seu quarto mandato consecutivo a frente do Poder Executivo brasileiro.

Em eleições municipais os petistas, desde sua primeira eleição, já conseguiram obter êxito elegendo 2.254 prefeitos (Vide Tabela 1), chegando a conquistar por quatro vezes consecutivas a prefeitura da cidade de Porto Alegre, nos anos de 1988, 1992, 1996 e 2000, e elegendo por três vezes o prefeito da cidade de São Paulo, maior cidade do país, nos pleitos de 1988, 2000 e 2012. Segundo estudos da Fundação Perseu Abramo (2013) o maior percentual de prefeituras comandadas pelo PT, nos últimos anos, se encontram nas regiões Sudeste, Nordeste e Sul do Brasil.

Para os governos estaduais os petistas já conseguiram eleger 23 governadores nas últimas cinco eleições gerais, sendo seus primeiros governadores eleitos no ano de 1994. Como pode-se observar na Tabela 2, somente no ano de 2010 o PT conseguiu eleger 6 governadores, ou

² - Fonte: IBGE.

³ - Fonte: IBGE.

⁴ - A candidata Dilma Rousseff ganhou, no segundo turno, do seu adversário Aécio Neves (PSDB) por uma diferença de menos de 3,5 milhões de votos.

seja, além do controle do Governo Federal, os petista controlaram 22% dos estados brasileiros entre o período de 2011-2014.

Para o Congresso Nacional o Partido dos Trabalhadores, principalmente, a partir das eleições de 2002, sempre conseguiu eleger um número significativo de parlamentares para a representação de seus ideais (Vide Tabela 3). Na Câmara dos Deputados, nas últimas quatro legislaturas, o partido conquistou por duas vezes (52° e 55° legislatura) a maior bancada dessa Casa de Leis. Já no Senado Federal, após a vitória de Lula para presidente em 2002, os petistas conseguiram conquistar um generoso espaço nessa Casa, chegando no ano de 2010 eleger 11 senadores da república, conquistando 20% das vagas disputadas para a Câmara Alta neste pleito.

Nos dias atuais o PT transformou-se em um dos maiores partidos latino-americanos, contando com mais de 1,7 milhões⁵ filiados espalhados por todo o país e mantém relações de proximidade com vários outros partidos de esquerda da América Latina. Mas após várias denúncias de corrupção e grandes operações da Polícia Federal, conhecida como operação “Lava Jato”, vários de seus principais nomes foram condenados pela Justiça brasileira, passando o PT por um de seus momentos mais críticos desde a sua fundação.

Tabela 1. Número de prefeitos eleitos pelo PT (1982 – 2016)

Eleições	1982	1985 ⁶	1988	1992	1996	2000	2004	2008	2012	2016
Prefeitos	2	1	38	54	116	187	409	558	635	254
Porcentagem	0.05	0.5	0.9	1.1	2.2	3.4	7.4	10.0	11.4	4.6

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e site do partido.

Tabela 2. Número de governadores eleitos pelo PT (1982 – 2014)

Eleições	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014
Governadores	0	0	0	2	3	3	5	6	4
Porcentagens	0	0	0	7.4	11.1	11.1	18.5	22.2	14.8

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e site do partido.

⁵ - Fonte: site do Partido dos Trabalhadores.

⁶ - Em 1985 ocorreram eleições em apenas 201 municípios brasileiros.

Tabela 3. Número de parlamentares eleitos pelo PT para o Congresso Nacional (1982 – 2014)

Eleições	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014
Senadores	0	0	1	4	3	10	2	11	3
Porcentagens ⁷	0.0	0.0	0.3	7.4	11.1	18.5	7.4	20.4	11.1
Deputados Federais	8	16	35	50	59	91	83	86	68
Porcentagens	1.7	3.3	7.0	9.7	11.5	17.7	16.2	16.8	13.3

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro é uma agremiação que possui sua origem em um partido registrado na Justiça Eleitoral em 24 de março de 1966, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), nome esse batizado por Tancredo Neves.

Com a publicação do AI-2⁸, em 27 de outubro de 1965, e do AI-4, em 20 de novembro de 1965, pelo Regime Militar, foi instalado no Brasil o bipartidarismo, sendo o MDB fundado para fazer oposição à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido este de sustentação à ditadura. O Movimento Democrático Brasileiro era composto de políticos vindos de partidos extintos, principalmente, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e do Partido Social Democrático (PSD), unificando grupos de diferentes matizes, incorporando comunistas, conversadores e lideranças eleitorais fortemente pragmáticas.

A ARENA dominava o cenário político brasileiro, tanto no poder central, como nas administrações estaduais e municipais. Mas com o passar do tempo, os emedebistas conseguiram conquistar seu espaço, adotando uma postura mais ofensiva de oposição, e tornaram-se mais combativos ao Regime Militar por meio de sua participação eleitoral, parlamentar e governista.

Em sua primeira eleição, 15 de novembro de 1966, o Movimento Democrático Brasileiro conseguiu eleger 132 deputados federais e 4 senadores. No pleito de 1974 o MDB dá um susto no governo militar ao eleger para o Congresso Nacional 16 senadores e 160 deputados

⁷ - O percentual se refere ao número de vagas disputadas na eleição.

⁸ - O Ato Institucional Número 2 foi publicado pelo Marechal Castelo Branco, em 27 de outubro de 1965, onde suspendia a Constituição de 1946, a democracia, as eleições diretas para presidente da república, extinguiu os partidos políticos brasileiros e o Poder Judiciário passava a sofrer intervenções diretas do Poder Executivo. As eleições para presidente da república passaram a ser indiretas, ficando como competência do Congresso Nacional a realização das eleições (Fonte: Palácio do Planalto).

federais (44% da Câmara dos Deputados). Em seis estados os emedebistas conseguiram eleger a maioria nas assembleias legislativas. Já em 1978 o Movimento Democrático Brasileiro conseguiu eleger 8 senadores da república, 189 deputados federais e mais o primeiro governador estadual, Chagas Freitas, pelo estado do Rio de Janeiro.

Num cenário político agitado, alimentado por uma forte crise econômica, com grandes pressões populares advindos de um sindicalismo mais atuante, ocorre no Brasil uma abertura política “lenta, gradual e segura”, feita pelo governo Geisel. E em 1979 o Congresso Nacional promove uma nova Reforma Política⁹, onde se extingue o bipartidarismo. O Movimento Democrático Brasileiro transformou-se, então, em Partido do Movimento Democrático Brasileiro, mas devido à criação de outros partidos este é esvaziado. Alas e grandes nomes do novo PMDB saem do partido e criam outras agremiações, como Leonel Brizola, que refunda o PTB, e logo depois reparte-se em Partido Democrático Trabalhista (PDT) e alguns políticos da facção mais a esquerda do PMDB ajuda na fundação do PT.

Na campanha *Diretas Já* o PMDB foi um dos principais atores na organização desse movimento para o retorno da democracia e a volta de eleições diretas para a presidência da república. Diversos nomes peemedebistas se destacaram nesta luta, como Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, Franco Montoro, Jarbas Vasconcelos, dentre outros.

Nas eleições indiretas de janeiro de 1985 o PMDB tem como representantes no Colégio Eleitoral os candidatos Tancredo Neves e José Sarney, presidente e vice-presidente, respectivamente, tendo estes vencidos a eleição com uma diferença de 300 votos os seus opositores. Com a morte de Tancredo Neves, José Sarney, filiado ao partido, assumiu o cargo do Poder Executivo nacional, exercendo o mandato de 1985 a 1990.

Após esse período, os peemedebistas não conseguiram ter êxito em suas campanhas para presidente da república. Para Delgado (2006) esse fato pode ser explicado nas lideranças que aderiram ao partido nas décadas de 80 e 90, ao ganhar muita força e, em nome da liberdade para fazer as alianças regionais que desejassem, sustentaram a "posição surrealista" de não lançar candidato a presidente. Entre as eleições de 1998 a 2016 o PMDB não disputou a vaga majoritária para presidência da república, indicando apenas a vaga de vice nas eleições de 2002, 2010 e 2014, saindo vitoriosos nas últimas duas eleições para esse cargo, com o candidato Michel Temer.

⁹ - Lei nº 6.767 de 20 de dezembro de 1979. Outras medidas adotadas por esta Lei foram a extinção dos partidos políticos criados através do Ato Complementar Nº 4, de 20 de novembro de 1965, ou seja, foram extintos o bipartidarismo da ARENA e MDB, e a obrigação de se incorporar o termo “Partido” nas novos siglas partidárias (Fonte: Palácio do Planalto).

O PMDB tem por característica ser um partido regionalmente forte, possuindo uma hegemonia muito grande nos municípios e nos estados brasileiros. Braga (2010) caracteriza o partido como uma grande confederação de grupos políticos estaduais, o que o torna bastante descentralizado e incapaz de compor um grupo político que se organize em caráter e âmbito nacional.

Devido ao seu processo de formação e suas características particulares regionais, o PMDB é um partido sem uma identidade ideológica precisa. Kinzo (1993), Limongi e Figueiredo (1995), Samuels (1997) e Santos (2001) definem o PMDB como um partido de centro. Novaes (1994) inclui o PMDB como um partido de centro-direita, já para Lima Jr. (1993) o PMDB estaria entre os partidos de direita no espectro político.

A grande força dessa sigla partidária é demonstrada nas urnas. Entre 1982, primeira eleição como PMDB¹⁰, e 2016 os peemedebistas conseguiram eleger 11.585 prefeitos e 78 governadores estaduais. No ano de 1986 o partido conseguiu eleger 22 dos 23 governadores estaduais e dois anos depois, nas eleições municipais de 1988, saem vitoriosos em mais de 1.606 prefeituras, ou seja, no final da década de 80 os peemedebistas governaram cerca de 37.5% dos municípios brasileiros (vide Tabelas 4 e 5).

Tabela 4. Número de prefeitos eleitos pelo PMDB (1982 – 2016)

Eleições	1982	1985 ¹¹	1988	1992	1996	2000	2004	2008	2012	2016
Prefeitos	1377	127	1606	1605	1288	1260	1060	1202	1022	1038
Porcentagem	34.9	63.2	37.5	33.7	29.9	22.7	19.1	21.6	18.4	18.6

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Tabela 5. Número de governadores eleitos pelo PMDB (1982 – 2014)

Eleições	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014
Governadores	9	22	7	8	6	5	7	7	7
Porcentagens	40.9	95.7	25.9	29.6	22.2	18.5	25.9	25.9	25.9

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

¹⁰ - Após o restabelecimento do pluripartidarismo com a Reforma Política de 1979.

¹¹ - Em 1985 ocorreram eleições em apenas 201 municípios brasileiros.

Nas esferas legislativas o PMDB é também uma das maiores forças políticas no Brasil, se tornando necessário para a manutenção da governabilidade em todas as esferas de governos, devido ao grande número de parlamentares que possui no Congresso Nacional e nas assembleias legislativas estaduais. Durante as últimas nove legislaturas os peemedebistas foram aqueles que mais conseguiram eleger representantes para o Congresso Nacional, sendo maioria na Câmara dos Deputados em cinco legislaturas (48°, 49°, 50°, 53° e 55°) e no Senado Federal em oito períodos (47°, 48°, 49°, 50°, 51°, 52°, 53° e 55°). Veja na Tabela 6 o número de deputados federais e de senadores eleitos pelo PMDB entre 1982 a 2014.

Tabela 6. Número de parlamentares eleitos pelo PMDB para o Congresso Nacional (1982 – 2014)

Eleições	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014
Senadores	9	38	8	14	12	10	4	14	5
Porcentagens ¹²	36.0	77.6	25.8	25.9	44.4	18.5	14.8	25.9	18.5
Deputados Federais	200	260	108	107	83	75	89	78	65
Porcentagens	41.8	53.4	21.5	20.9	16.2	14.6	17.3	15.2	12.7

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e site do partido.

O PMDB hoje é o maior partido político brasileiro, com representação em todos os estados e municípios do Brasil e contando com mais de 2,3 milhões filiados¹³. Apesar de sua grandeza, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro é uma sigla que não mantém unidade e possuindo as suas raízes regionais fragmentadas, o partido não consegue formar um projeto com projeção dos seus quadros a nível nacional. Devido à sua expressão, tanto no Congresso Nacional, como nos estados, este partido conquistou condições privilegiadas para negociar seu apoio e se manter no poder em todos os governos após o restabelecimento da democracia no país. E desde maio de 2016, após o Senado Federal aceitar o pedido de *impeachment* e afastar a presidente Dilma Rousseff, o PMDB ocupa o cargo de presidente da república com seu representante Michel Temer.

¹² - O percentual se refere ao número de vagas disputadas na eleição.

¹³ - Fonte TSE.

O Partido da Social Democracia Brasileira

O Partido da Social Democracia Brasileira é uma agremiação partidária nacional, fundado em 25 de junho de 1988. O recém-criado partido, nasceu como a terceira maior bancada do Congresso Nacional, fazendo parte da sua bancada 7 senadores da república e 37 deputados federais, vindo estes parlamentares em maior parte do PMDB.

O partido surgiu ao longo dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte (ANC)¹⁴, quando vários parlamentares do PMDB se uniram a vários outros parlamentares para a fundação do Partido da Social Democracia Brasileira. De acordo com Roma (2002), Melhem (1998), Marques e Fleischer (1999) os principais fatores que levaram à constituição deste partido foram: (i) as divergências entre os congressistas no interior do PMDB durante a ANC; (ii) as disputa entre diversas alas dentro do PMDB, principalmente, entre a ala liderada por Orestes Quêrcia, denominada “Quercismo”, e o Movimento de União Progressista (MUP), composto por parlamentares peemedebistas mais de “esquerda” e (iii) a definição quanto ao sistema de governo a ser adotado na Constituição Federal de 1988, se o presidencialismo ou o parlamentarismo.

O PSDB foi fundado sob a articulação de Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas, José Richa, Franco Montoro, José Serra e mais um grupo de parlamentares do PMDB, PDT, PFL e PTB, mas sem uma nitidez ideológica. Vários pesquisadores brasileiros, como Limongi e Figueiredo (1995), Samuels (1997), Santos (2001) e Marrenco e Serna (2007) têm utilizado como definição que o PSDB é um partido de centro. Kinzo (1993) e Novaes (1994) divergem desta caracterização e classificam-no como de centro-esquerda. Já Lima Jr. (1993) o inclui como um partido de esquerda. Frequentemente afirma-se que o PSDB, a partir da sua chegada ao poder em 1995, deslocou-se de um posicionamento de centro-esquerda para a direita no espectro político. Para Roma (2002) esse deslocamento estaria expresso na redefinição de suas diretrizes políticas, ao adotar programas rotulados como neoliberal, deixando de lado o ideário social-democrata.

Meses após a fundação do partido, os peessedebistas foram para a sua primeira disputa eleitoral, em 15 de novembro de 1988, e conseguiram eleger 18 prefeitos, conquistando as administrações da capital mineira, Belo Horizonte, com Pimenta da Veiga, e a capital cearense, Fortaleza, com Ciro Gomes. Já na eleição presidencial de 1989 os tucanos

¹⁴ - A Assembleia Nacional Constituinte (1987 – 1988) foi convocada em meio ao processo de transição democrática do país e instalada no Congresso Nacional com o objetivo de elaboração da nova Constituição Federal do Brasil, após a Ditadura Militar (Fonte: CPDOC / FGV).

disputaram tendo como candidato Mário Covas, sendo este derrotado e recebendo no primeiro turno cerca de 11% dos votos válidos, chegando em quarto lugar.

Com seis anos de fundação, nas eleições gerais de 1994, o PSDB sai vitorioso com seu candidato Fernando Henrique Cardoso (FHC) na disputa para presidente da república, em primeiro turno, com Marco Maciel, do PFL, seu vice, e com uma base de aliança firmada entre o PSDB, PFL e PTB. O êxito de FHC nessa eleição foi, sobretudo, devido ao sucesso da política de estabilização financeira do país (Plano Real), lançado no final do governo de Itamar Franco, quando FHC era Ministro da Fazenda. Na eleição geral seguinte, em outubro de 1998, os tucanos conquistaram a reeleição de Fernando Henrique Cardoso para presidente da república, apoiado por coligação de aliança centro-direita, composta por PSDB, PFL, PPB, PTB e PSD. Após essas duas conquistas o PSDB não mais conseguiu obter vitória para o posto mais alto do Executivo Federal brasileiro, tendo os candidatos tucanos 4 derrotas seguidas (2002, 2006, 2010 e 2014) para os candidatos petistas em disputas presidenciais.

Os tucanos souberam aproveitar o período em que estiveram à frente do Governo Federal para ampliar seu crescimento no Congresso Nacional, nos estados e nos municípios. Em suas 8 campanhas municipais disputadas o PSDB conseguiu eleger 5.376 prefeitos pelo país. Como mostra a Tabela 7, nas eleições de 2000 o partido conseguiu eleger 987 prefeitos, administrando mais de 17% das prefeituras brasileiras. Entre as capitais do país, o PSDB irá controlar por 20 anos a cidade de Teresina (PI), os candidatos do PSDB ganharam as últimas seis eleições disputadas nesta cidade (1996, 2000, 2004, 2008, 2012 e 2016). Já no Centro-Oeste, a capital do Mato Grosso, Cuiabá, já elegeu por quatro vezes consecutivas prefeitos tucanos (1996, 2000, 2004 e 2008) e os peessedebistas irão controlar pela segunda vez a cidade de São Paulo, o partido obteve a primeira vitória na capital paulista com José Serra em 2004 e em 2016 elegeu o tucano João Dória Júnior.

Após sua primeira eleição geral, em 1990, o PSDB já conquistou 39 vitórias para administrar governos estaduais (Vide Tabela 8). Somente o estado de São Paulo os tucanos governam há 22 anos, ou seja, o partido já elegeu por seis vezes consecutivas o governador do estado mais rico do país. Outro estado que os peessedebistas possuem uma grande hegemonia é o Pará, onde o PSDB já elegeu por cinco vezes seus gestores (1994, 1998, 2002, 2010 e 2014).

Entre os períodos de 1990 a 2016 o PSDB conseguiu manter uma grande representação no Congresso Nacional. Podemos observar na Tabela 9, que no pleito de 1994 o PSDB conseguiu eleger 9 senadores da república e na eleição seguinte, em outubro de 1998, os

tucanos conquistaram 99 cadeiras da Câmara Federal, ou seja, os peessedebistas eram 19.3% dos deputados federais para 51º Legislatura Federal.

Após seguidas derrotas para a cargo de presidente da república, o Partido da Social Democracia Brasileira, desde 2003, se manteve como um dos principais partidos de oposição aos governos petistas e após o impeachment da presidente Dilma Rousseff o PSDB encontra-se na base de apoio ao governo de Michel Temer, do PMDB. Atualmente são mais de 1,4 milhões de peessedebistas registrados¹⁵, sendo o terceiro maior partido brasileiro em quantidade de filiados.

Tabela 7. Número de prefeitos eleitos pelo PSDB (1988 – 2016)

Eleições	1982	1985	1988	1992	1996	2000	2004	2008	2012	2016
Prefeitos	-	-	18	293	910	987	870	794	701	803
Porcentagem	-	-	0.4	6.2	16.9	17.8	15.6	14.3	12.6	14.4

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e site do partido.

Tabela 8. Número de governadores eleitos pelo PSDB (1990 – 2014)

Eleições	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014
Governadores	-	-	1	6	7	7	6	7	5
Porcentagens	-	-	3.7	22.2	25.6	25.6	22.2	25.6	18.5

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e site do partido.

Tabela 9. Número de parlamentares eleitos pelo PSDB para o Congresso Nacional (1990 – 2014)

Eleições	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014
Senadores	-	-	1	9	4	8	5	6	4
Porcentagens ¹⁶	-	-	3.2	16.7	14.8	14.8	18.5	11.1	14.8
Deputados Federais	-	-	38	62	99	70	66	53	54
Porcentagens	-	-	7.6	12.1	19.3	13.6	12.9	10.3	10.5

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e site do partido.

¹⁵ - Fonte: TSE.

¹⁶ - O percentual se refere ao número de vagas disputadas na eleição.

Resumo do capítulo

Como visto, o PT, o PMDB e o PSDB são os três maiores partidos da história recente do Brasil, quando comparado com os demais partidos brasileiros. Desde suas fundações até os dias atuais, os três partidos possuem características, ideologias e trajetórias díspares. Esses três partidos governam, com alternância, o país desde 1985 e uma vez no poder conseguiram ampliar suas forças nos municípios, nos estados e em toda máquina pública, dando crescimento a estes partidos. O PT um partido de esquerda, sendo formado por uma base ligado aos movimentos organizados e na luta por direitos de certos setores considerados excluídos pela sociedade, ocupou por 22 anos (1980 – 2002) o posto de maior opositor no Congresso Nacional aos governos até então. Ascendeu ao cargo de Presidência da República em 2002, posto que ocupou até 2016. O PMDB devido ao processo de sua criação, a sua grandeza e suas especificidades regionais possui uma grande heterogeneidade nos seus quadros partidários, não conseguindo ter uma ideologia definida. Ocupou o cargo de presidente da república de 1985 a 1990, desde então, não mais conseguiu eleger seus candidatos para esse posto, participando das coalizões de todos os governos de 1990 a 2016. Atualmente, após o afastamento da presidente Dilma Rousseff, ocupa o cargo com Michel Temer. O PSDB, partido criado entre parlamentares, obtém sua maior vitória eleitoral com apenas seis anos de fundação, governando o país de 1995 a 2002. Após a entrada do PT no Governo Federal passou a ocupar o posto de um dos maiores opositores ao governo petista. Hoje forma a principal base de apoio ao Governo Michel Temer.

CAPÍTULO 3: O PERFIL DOS DEPUTADOS

Neste capítulo são estudados os perfis dos deputados federais do PT, PMDB e do PSDB em dois períodos distintos. No primeiro período são analisados os parlamentares eleitos na disputa eleitoral de outubro de 1990, sendo estes 181 deputados federais, representando 36% dos deputados que iriam compor a 49ª Legislatura (1991 - 1995). O segundo período considerado são os deputados eleitos no pleito de outubro de 2014, onde foram estudados 187 deputados federais, representando 36.5% dos ocupantes das cadeiras para a 55ª Legislatura (2015 - 2019) na Câmara dos Deputados.

A Tabela 10 mostra a divisão por partidos do total de deputados que foram analisados, observa-se que o PMDB foi o único entre os três partidos que diminuiu o número de representantes, no intervalo de 24 anos, possivelmente, devido ao surgimento de vários outros partidos políticos após 1990 e consolidação da competição eleitoral entre estes partidos. Ao contrário do PMDB, o PT e o PSDB aumentaram suas representações no mesmo período, em consequência da permanência destes partidos à frente do Governo Federal após 1995.

Tabela 10. Quantidade de deputados analisados por partidos e períodos

Deputados analisados					
PT		PMDB		PSDB	
1990	2014	1990	2014	1990	2014
35	68	108	65	38	54

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O gênero dos deputados

Nos períodos estudados, se registram que o gênero masculino predomina amplamente nos três partidos em questão. Entre os eleitos em 1990 da bancada tucana mais de 97% eram do gênero masculino (Vide Tabela 11), percentual que se reduziu para 90.7% nos atuais representantes. Ocorre também uma perda da representação masculina entre os parlamentares do PMDB (de 94.4% para 89.2%).

O Partido dos Trabalhadores possui o maior percentual de deputadas federais na comparação entre os partidos analisados, mas chama atenção a diminuição da representação feminina para

a atual legislatura, por ter sido o ano em que o partido reelegeu Dilma Rousseff presidenta da república e por ser um período em que várias instituições, como o Tribunal Superior Eleitoral, promovem, incentivam e desenvolvem várias campanhas e programas para a inserção feminina na vida política e nas disputas eleitorais.

Ao contrário do PT, ocorre no PMDB e no PSDB um crescimento do percentual da representação das mulheres eleitas parlamentares, quase dobrando a representação feminina no PMDB e mais que triplicando no PSDB, no segundo período. Porém, o PT continua sendo o partido com mais deputadas mulheres. Este aumento nos percentuais de deputadas eleitas deve-se, em grande parte, à Lei nº 9.504/1997, que estabelece em seu art. 10, que, nas eleições proporcionais, “(...) cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo”, obrigando os partidos a lançar nas eleições proporcionais percentuais mínimos de 30% de mulheres nas disputas eleitorais.

Tabela 11. Deputados segundo o gênero (em %)

	PT		PMDB		PSDB	
	1990	2014	1990	2014	1990	2014
Feminino	14.3	13.2	5.6	10.8	2.6	9.3
Masculino	85.7	86.8	94.4	89.2	97.4	90.7
Total	100.0 (35)	100.0 (68)	100.0 (108)	100.0 (65)	100.0 (38)	100.0 (54)

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Idade dos deputados

As Tabelas 12 e 13 mostram a média das idades e das faixas etárias dos deputados. As análises aponta um “envelhecimento” dos parlamentares nos partidos em questão, este envelhecimento se explica, em boa parte, pois antes de 1990 as atividades políticas eram bastante limitadas no Brasil, restringindo as disputas eleitorais para poucos competidores.

A média de idades dos parlamentares se altera nos três partidos, principalmente entre os deputados petistas, que possui o maior aumento médio de idades (de 44 anos para 52 anos), e entre os parlamentares tucanos (de 46 anos para 50 anos). Entre os legisladores da bancada do PMDB há uma leve alteração nessa média de idades (de 49 anos para 51 anos).

As variações nas faixas etárias dos deputados federais do PT e do PSDB são bastante semelhantes. Enquanto há uma redução da representação de parlamentares com idades inferiores há 50 anos, nestas duas agremiações, ocorre um aumento de legisladores com idades acima de 51 anos. Já entre os deputados do PMDB há uma expressiva diminuição de representantes na faixa etária que vai de 41 a 50 anos (de 46.3% para 20.0%) e um aumento significativo de legisladores com idade superior a 61 anos (de 7.4% para 26.2%).

Tabela 12. Média de idades dos deputados

	PT		PMDB		PSDB	
	1990	2014	1990	2014	1990	2014
Média	44	52	49	51	46	50
D. S	9	8	9	12	10	13

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Tabela 13. Faixa etária dos deputados (em %)

	PT		PMDB		PSDB	
	1990	2014	1990	2014	1990	2014
Até 40 anos	45.7	10.3	18.5	21.5	31.6	22.2
De 41 até 50 anos	37.1	25.0	46.3	20.0	34.2	18.5
De 51 até 60 anos	11.4	50.0	27.8	32.3	23.7	40.7
Acima de 61 anos	5.7	14.7	7.4	26.2	10.5	18.5
Total	100.0 (35)	100.0 (68)	100.0 (108)	100.0 (65)	100.0 (38)	100.0 (54)

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Em 1990 o PT se diferenciava dos outros dois partidos por ter uma bancada de deputados notoriamente mais jovem, onde 45.7% dos deputados petistas possuíam menos de 40 anos. Após as disputas eleitorais de 2014 essa diferença já não existe e, inclusive, é o partido que possui a maior porcentagem de deputados com mais de 50 anos de idade, possuindo, aproximadamente, 65% de toda a sua bancada nessa faixa etária.

O nível de escolaridade

Quando se é analisado o nível de escolaridade dos parlamentares em questão (Vide Tabela 14), nota-se um predomínio do ensino superior completo como grau de instrução entre eles. Percebe-se, ainda, um aumento desse tipo de escolaridade quando comparamos com os deputados que tomaram posse em fevereiro de 2015, principalmente entre os parlamentares do Partido dos Trabalhadores (de 60% para 86.8%). Cabe ainda ressaltar, o elevado percentual dos parlamentares tucanos com nível superior na atual legislatura, que se aproxima de 95%.

Há uma subcategoria de deputados federais que cursaram uma pós-graduação, sendo esse grupo muito expressivo. Em todos os partidos há um incremento substancial desses representantes, com destaque para os parlamentares do PT e do PSDB possuindo pouco mais de 40% de seus representantes uma pós-graduação entre aqueles que assumiram o mandato em 2015.

Tabela 14. Nível de escolaridade dos deputados (em %)

	PT		PMDB		PSDB	
	1990	2014	1990	2014	1990	2014
Ensino Fundamental	20.0	8.8	0.9	0.0	0.0	0.0
Ensino Médio	11.4	2.9	8.3	10.8	15.8	3.7
Ensino Técnico	8.6	1.5	2.8	0.0	0.0	1.9
Ensino Superior	60.0	86.8	87.0	89.3	84.2	94.4
[Pós-Graduação]	[22.9]	[41.2]	[23.1]	[38.5]	[26.3]	[40.7]
S/D	-	-	0.9	-	-	-
Total	100.0 (35)	100.0 (68)	100.0 (108)	100.0 (65)	100.0 (38)	100.0 (54)

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A classe dos parlamentares petistas com ensino fundamental, médio e com ensino técnico diminuem consideravelmente, principalmente a representação dos parlamentares com ensino médio e técnico. Entre os deputados tucanos há que considerar a diminuição da representação

dos parlamentares com o nível médio de escolaridade, de 15.8% para 3.7%. Já entre os peemedebistas há uma diminuição da representatividade dos deputados com ensino fundamental e técnico, inexistindo parlamentares com esses dois níveis de ensino no segundo período. Ainda entre os peemedebistas, estes são os únicos a ter um crescimento do percentual de legisladores com nível médio de escolaridade (de 8.3% para 10.8%).

Em suma, percebe-se nas análises um alto nível de escolaridade dos parlamentares em todos os três partidos, principalmente após a disputa eleitoral de 2014, e a diferença entre ambos os períodos é particularmente maior entre os legisladores do PT.

A formação dos parlamentares

As grandes diferenças na formação dos deputados analisados a serem destacadas são a princípio quatro (Vide Tabela 15). A primeira delas é a alta porcentagem de deputados formados em uma das três áreas para as profissões liberais mais tradicionais no universo político, que é a formação em direito, nas engenharias e medicina, em particular o curso em direito que é bastante expressiva na formação dos parlamentares, devido à base que essa formação dá para o conhecimento das leis e do domínio da palavra, da retórica, essenciais na atividade política e parlamentar.

A segunda diferença está na categoria dos parlamentares que possuem alguma formação para o magistério. Entre os deputados tucanos há uma grande diminuição nos eleitos com esse tipo de formação (de 13.2% para 1.9%). Já entre os deputados do PT e do PMDB existe um incremento na representação de parlamentares com esta formação, em especial na bancada petista, onde 19.1% dos legisladores que assumiram o mandato em 2015 eram formados em alguma área das licenciaturas e pedagogia.

A terceira diferença está no percentual de deputados sem uma formação. Há uma diminuição dos representantes do PT (de 31.4% para 11.8%) e do PSDB (de 15.8% para 3.7%) nesta categoria no intervalo de tempo, mas o percentual de deputados petistas sem uma formação ainda é muito alta na atual legislatura, se aproximando de 12%. Já dentro do PMDB aqueles que não possuíam uma formação cresceram de 9.3% para 10.8%.

Podemos também constatar uma diminuição do percentual de deputados dentro do PT e do PMDB com cursos de nível técnico, principalmente entre os deputados petistas onde a redução foi mais significativa (de 8.6% para 1.5%). Ainda dentro dessas duas bancadas há um leve incremento dos parlamentares que cursaram economia, e apesar de uma diminuição

dentro da bancada tucana, os percentuais daqueles que se formaram em economia são semelhantes entre os representantes das três bancadas eleitas em 2014.

Tabela 15. Formação dos parlamentares (em %)

	PT		PMDB		PSDB	
	1990	2014	1990	2014	1990	2014
Direito	14.3	30.9	40.7	27.7	31.6	38.9
Engenharias	2.9	4.4	15.7	12.3	7.9	9.3
Medicina	2.9	10.3	12.0	13.8	10.5	9.3
Dir. + Eng. + Med.	20.1	45.6	68.4	53.8	50.0	57.5
Administração	5.7	1.5	4.6	10.8	5.3	7.4
Ciências Humanas	5.7	0.0	0.0	0.0	0.0	3.7
Economia	5.7	7.4	4.6	7.7	10.5	7.4
Magistério	11.4	19.1	3.7	4.6	13.2	1.9
Outra Formação Universitária	11.4	13.2	5.6	10.8	5.3	16.7
Formação Técnica	8.6	1.5	2.8	0.0	0.0	1.9
Sem Formação	31.4	11.8	9.3	10.8	15.8	3.7
S/D	-	-	0.9	1.5	-	-
Total	100.0 (35)	100.0 (68)	100.0 (108)	100.0 (65)	100.0 (38)	100.0 (54)

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A profissão dos deputados

A Tabela 16 possui os resultados das análises das profissões/ocupações efetivas dos parlamentares segundo o partido. Destaca-se os deputados que são considerados “políticos”, principalmente dentro do Partido dos Trabalhadores, que inexistiam no primeiro período e passam a ser mais de 42% no segundo período, sendo o maior crescimento na comparação

entre os três partidos. Devido a esse crescimento expressivo dos parlamentares considerados “políticos”, ocorre ou uma redução ou uma estabilidade, no segundo período, em todas as demais profissões. O grande aumento desse percentual dos parlamentares considerados “políticos” no segundo período se justifica pela falta de atividades políticas e partidárias plenamente livres antes de 1990.

As profissões tradicionalmente ligadas ao mundo da política (advogados, engenheiros e médicos), apesar de sua diminuição, possui seu maior número de representantes no PMDB e no PSDB, entre os parlamentares do PT essa redução é menor se comparada aos outros dois partidos.

Outra ocupação que possui boa representatividade entre os deputados peemedebistas e, principalmente, entre os peessedebistas são os “empresários”; profissão essa que não estava presente na bancada do PT eleita em 1990 e passa a ocupar, aproximadamente, 3% na representação da atual legislatura. Ainda no PMDB e no PSDB há uma redução dos parlamentares que se autodeclararam “empresários rurais”, possivelmente integrantes da bancada rural, sendo essa diminuição expressiva entre os deputados tucanos (de 13.2% para 1.9%).

Os professores possuem sua maior força na bancada PT, apesar de perder mais da metade de sua representação. Essa expressiva redução se justifica pela grande diminuição do número de professores do ensino fundamental e médio que foram eleitos no pleito de 2014. Já entre os deputados do PSDB, há a maior perda de representatividade destes profissionais, pois os professores que eram 23.7% daqueles que foram eleitos em 1990, passam a inexistir na atual bancada.

Entre os poucos profissionais que aumentaram o percentual de representação estão os funcionários públicos nos quadros do PSDB, que inexistiam em 1990 e passam a ser 9.3% dos deputados tucanos eleitos em 2014. Dentro das bancadas petistas e peemedebistas há uma redução, porém pequena, desses parlamentares ligados ao serviço público.

Cabe ressaltar a redução dos profissionais das áreas técnicas e dos trabalhadores manuais no PT, já que praticamente esses não existem na bancada do PMDB e PSDB. Entre os parlamentares petistas os profissionais das áreas técnicas deixam de representar 8.6% dos deputados para inexistir na atual legislatura. Já os trabalhadores manuais perdem quase metade de sua representação na bancada petista (de 20% para 10.3%), mas possuindo ainda uma boa representação após as eleições de 2014.

Em suma, as análises das profissões demonstram que a “atividade política” passou a ser a principal ocupação entre os deputados eleitos em 2014 (profissionalização da política), superando todas as outras atividades, inclusive as ocupações liberais e empresariais.

Tabela 16. Profissão dos deputados (em %)

	PT		PMDB		PSDB	
	1990	2014	1990	2014	1990	2014
Advogados	8.6	5.9	9.3	9.2	10.5	7.4
Engenheiros	0.0	0.0	6.5	4.6	2.6	1.9
Médicos	2.9	2.9	10.2	4.6	5.3	3.7
Adv. + Eng. + Méd.	11.5	8.8	26.0	18.4	18.4	13.0
Empresários	0.0	2.9	16.7	7.7	15.8	14.8
Empresários Rurais	0.0	0.0	7.4	3.1	13.2	1.9
Total de Empresários	0.0	2.9	24.1	10.8	29.0	16.7
Professores Universitários	17.1	14.7	7.4	1.5	18.4	0.0
Professores	14.3	1.5	2.8	0.0	5.3	0.0
Total de Professores	31.4	16.2	10.2	1.5	23.7	0.0
Políticos	0.0	42.6	22.2	53.8	7.9	48.1
Administradores	0.0	1.5	0.9	1.5	2.6	1.9
Economistas	2.9	2.9	2.8	1.5	7.9	3.7
Funcionários Públicos	11.4	7.4	5.6	3.1	0.0	9.3
Profissões Técnicas	8.6	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Trabalhadores Manuais	20.0	10.3	0.9	0.0	0.0	0.0
Outras Profissões	14.3	7.4	7.4	9.2	10.5	7.5
Total	100.0 (35)	100.0 (68)	100.0 (108)	100.0 (65)	100.0 (38)	100.0 (54)

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Quantidades de mandatos na Câmara dos Deputados

Ao se analisar a quantidade de mandatos na Câmara dos Deputados que possuíam os parlamentares antes de suas posses para a 49ª e 55ª legislaturas (Vide Tabela 17), infere-se que em todos os partidos e períodos a grande maioria dos parlamentares eleitos nunca haviam ocupados o cargo de deputado federal, sendo estes eleitos para uma primeira legislatura federal, mas há uma redução em todos os partidos desses representantes, principalmente entre os deputados petistas (de 71.4% para 33.8%). Na bancada tucana, apesar da leve diminuição, cerca, ou mais, de 50% daqueles que foram eleitos não possuíam experiência anteriormente na Câmara dos Deputados.

Outro ponto que merece destaque na análise das quantidades de legislaturas é o aumento do percentual de deputados que possuíam dois ou mais mandatos na Câmara dos Deputados no intervalo de tempo. Neste grupo o PT salta de 5.7% para 39.7%, o PMDB passa de 17.6% para 36.9, já o PSDB passa de 13.2% para 31.6%. Obviamente, nestes dados também está incidindo a falta de atividade política partidária plena antes de 1990, restringindo a competição eleitoral entre os atores políticos. Reforça também os argumentos do surgimento da “profissionalização da política” e o aumento da idade média entre os parlamentares, já explicitados.

Tabela 17. Número de mandatos na Câmara dos Deputados por período (em %)

	PT		PMDB		PSDB	
	1990	2014	1990	2014	1990	2014
Sem mandato	71.4	33.8	57.4	44.6	55.3	50.0
1 mandato	22.9	26.5	25.0	18.5	31.6	18.5
2 mandatos	5.7	14.7	7.4	12.3	7.9	14.8
3 mandatos	0.0	19.1	5.6	7.7	0.0	3.7
4 ou mais mandatos	0.0	5.9	4.6	16.9	5.3	13.1
Total	100.0 (35)	100.0 (68)	100.0 (108)	100.0 (65)	100.0 (38)	100.0 (54)

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A porta de entrada nos cargos públicos eletivos

Na trajetória dos dirigentes políticos que aspiram ocupar cargos no Parlamento, uma das instâncias relevantes para acumulação e consolidação de capital político necessário para atingir com sucesso os objetivos dessa carreira é comum a participação prévia em algum cargo eletivo. A Tabela 18 possui os resultados das principais portas de entrada para a vida pública dos deputados, ou seja, o primeiro cargo eletivo destes. Infere-se que os parlamentares iniciaram suas carreiras eletivas, principalmente, ocupando os cargos de deputado federal, deputado estadual e vereador.

Há uma diminuição daqueles que se elegeram possuindo como primeiro triunfo os mandatos de deputados, tanto na esfera federal como na esfera estadual, mas esses cargos ainda foram bastante utilizados para a entrada na carreira pública dos analisados. Cabe, ainda, destacar o aumento de deputados federais que tiveram como primeira experiência os mandatos em câmaras de vereadores ou de prefeitos e vice, sendo o cargo de vereança aquele que possui seu maior incremento.

Tabela 18. Primeiro cargo eletivo dos deputados por período (em %)

	PT		PMDB		PSDB	
	1990	2014	1990	2014	1990	2014
Deputado Federal	54,3	27,9	41,7	38,5	50,0	27,8
Deputado Estadual	40,0	36,8	22,2	16,9	21,1	16,7
Prefeito e Vice	9,3	16,9	15,8	16,7	0,0	7,4
Vereador	5,7	27,9	24,1	27,7	13,2	38,9
Outros cargos eletivos	0,0	0,0	2,8	0,0	0,0	0,0
Total	100,0 (35)	100,0 (68)	100,0 (108)	100,0 (65)	100,0 (38)	100,0 (54)

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A maior concentração das porcentagens em 1990 em deputados federais se explica porque durante o período da ditadura militar não se tinha governos subnacionais eleitos. Após 1990, com a consolidação da democracia e a permanência das disputas eleitorais, há uma maior

distribuição de cargos iniciais, se comprovando na disputa eleitoral de outubro de 2014, mas possuindo algumas diferenças: o maior percentual dos parlamentares petistas se iniciaram como deputado estadual, os peemedebistas como deputado federal e os tucanos como vereadores.

Participação em direção de associações ou sindicatos

Por fim, quando se é analisado se os parlamentares eleitos possuíam cargos de direção em associações ou sindicatos anteriormente as eleições de 1990 ou 2014, conclui-se que a ampla maioria dos deputados do PMDB e PSDB não possuíam vínculos nessas direções (Vide Tabela 19). Entre os parlamentares do PT muitos deles tiveram vínculos em cargos sindicais e associativos, típico de partidos com ideologias de esquerda, como é no caso do PT, recrutando candidatos ligados aos movimentos e organizações de base.

O percentual de legisladores dentro das bancadas do PMDB e PSDB que nunca ocuparam cargos em associações e sindicatos aumentam, no PMDB de 69.4% para 75.4%, no PSDB de 68.4% para 70.4%, mas a parcela de deputados que ocuparam esses cargos antes de sua investidura no mandato, nesses partidos, são um pouco relevantes.

Parte significativa dos legisladores do PT participaram nas direções dessas entidades, mas houve uma redução no percentual dos deputados petistas que foram dirigentes sindicais (de 62.9% para 30.9%) e um aumento daqueles que participaram nas direções em associações (de 8.6% para 28%).

Tabela 19. Participação em cargos de associações ou sindicatos (em %)

	PT		PMDB		PSDB	
	1990	2014	1990	2014	1990	2014
Dirigente de associações	8.6	30.9	25.0	20.0	26.4	22.2
Dirigente sindical	62.9	30.9	5.6	4.6	5.3	7.4
Sem vínculo associativo	28.6	38.2	69.4	75.4	68.4	70.4
Total	100.0 (35)	100.0 (68)	100.0 (108)	100.0 (65)	100.0 (38)	100.0 (54)

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Resumo do capítulo

Pode-se concluir após as análises um predomínio do gênero masculino entre os parlamentares estudados, mas o percentual de representação feminina aumentou de um período para o outro no PMDB e PSDB. E apesar da redução, o PT é o partido que possui o maior percentual de parlamentares do gênero feminino.

Existe um “envelhecimento” considerável dos legisladores no segundo período, que pode ser justificado pela falta de atividades políticas e partidárias antes de 1990, fato este que influenciou certos resultados desta análise. Estes deputados possuem um alto nível de formação, possuindo a maioria absoluta deles o curso em nível superior e grande parte destes, em média 40%, uma pós-graduação.

É grande o percentual de parlamentares formados nas áreas para as profissões liberais mais tradicionais do universo político, que são as formações em direito, engenharias e medicina, principalmente em direito. No caso específico do PT o percentual de deputados com formações para as profissões vinculadas ao magistério também é alta e a representação dos deputados sem uma formação também é significativa.

Comprova-se uma “profissionalização da política” nos deputados dos três partidos, ou seja, a atividade política tornou-se a uma das principais ocupações desses parlamentares. Os profissionais liberais e os empresários possuem boa representação dentro das bancadas do PMDB e PSDB, já dentro do PT são altos os percentuais de parlamentares que são professores e trabalhadores manuais.

A maioria dos parlamentares que tomaram posse na Câmara dos Deputados não possuíam uma experiência prévia nesta casa de leis, ou seja, a maioria deles foram eleitos para um primeiro mandato na Câmara, mas com a consolidação das disputas eleitorais tem aumentado o percentual daqueles que utilizam com primeira experiência eletiva os cargos de vereador, deputado estadual, prefeito e vice-prefeito.

A maioria absoluta dos parlamentares do PMDB e PSDB, antes de assumirem seus mandatos na Câmara dos Deputados, não tiveram postos em direções de associações e sindicatos, ao contrário, na bancada petista são altos os percentuais dos representantes que ocuparam estes postos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como principal objetivo identificar as principais mudanças no perfil dos deputados federais dos três principais partidos do sistema político brasileiro, PT, PMDB, e PSDB, eleitos em 1990 e 2014.

Acorde com as hipóteses que orientaram esse trabalho, houve mudanças nas composições das bancadas dos três partidos, pois além de um intervalo de 24 anos de um período para o outro, houve mudanças e alternâncias políticas e partidárias no sistema do poder no país; sendo que, os partidos que foram analisados fizeram parte do governo e da oposição em diferentes momentos.

O PMDB e PSDB apresentam parlamentares com padrões mais tradicionais. As mudanças mais visíveis ocorrem dentro da bancada do PT, pois devido ao acesso e a permanência ao poder que esse partido teve nos últimos anos existe uma maior aproximação do perfil dos representantes eleitos deste partido com os parlamentares do PMDB e PSDB, sendo estes perfis menos desiguais na atual legislatura.

Destaca-se nas análises uma maior profissionalização dos políticos, tendo esses partidos uma composição de deputados com mais experiências políticas, até mesmo em outros cargos eletivos (vereadores, prefeitos e deputados estaduais), possuindo estes legisladores um elevado nível de escolaridade e possuindo formações, principalmente, nas profissões mais tradicionais para o universo político.

Por fim, essa certa “experiência” ou “envelhecimento” dos políticos brasileiros nos cargos públicos, ao tornar a classe política mais “madura”, pode ser benéfico ao país, na medida, que tende a consolidar a nossa recente democracia, como também pode ser prejudicial, a medida, que não se consegue renovar e mudar os quadros políticos, fato este tão reivindicado pela sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AARÃO REIS, Daniel. “O Partido dos Trabalhadores – trajetória, metamorfoses, perspectivas”, 08 de mar. 2007.

ALCÁNTARA, Manuel. Elites Parlamentarias Iberoamericanas. Universidade de Salamanca, CIS, Madrid. 1997.

_____. Políticos y Política em America Latina. Fundación Carolina, Madrid, 2006.

BEST, Heinrich e COTTA, Maurizio (Eds.) Parliament Representatives in Europe, 1848-2000. Oxford: Oxford University Press, 2000.

BORSANI, Hugo. Os partidos no poder e na oposição: impacto no perfil dos deputados dos principais partidos de Brasil e Chile. Trabalho apresentado no IX Encontro da ABCP, Brasília, 4 a 7 de agosto de 2014.

BRAGA, M. do S.S. Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistema partidário institucionalizados. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 4. Brasília, Julho-dezembro de 2010, pp. 43 – 73.

BRESSAN, Regiane Nitsch. Elites políticas, integração regional e política externa. Revista Estudos Políticos: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF). Rio de Janeiro, Vol. 6 | N. 1, pp. 228-253, dezembro 2015.

CARVALHO, J. M. DE. A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial. 2a. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Relume-Dumará, 1996.

CERVI, Emerson Urizzi; COSTA, Luiz Domingos; CODATO, Adriano; PERISSINOTO, Renato. Dinheiro, profissão e partido: a vitória na eleição para deputado federal no Brasil em 2010. Revista Sociedade e Estado – Vol. 30 | N. 1, pp. 189-205, janeiro/abril 2015.

CODATO, Adriano ; KIELLER, Marcio. Velhos vermelhos: história e memória dos dirigentes comunistas no Paraná. Curitiba: Ed. da UFPR, 2008.

CORDERO, Rodrigo. La composición social de la nueva Cámara de Diputados: cambios y continuidades (1961-2010). In: HUNNEUS, Carlos, BERRIOS, Fabiola, GAMBOA, Ricardo (Orgs.). Las elecciones chilenas de 2005. Santiago: Catalonia, 2007.

DELGADO, Tarcísio. A história de um rebelde: 40 anos, 1966-2006 /Tarcísio Delgado. -- [Brasília] : Fundação Ulysses Guimarães, 2006.

KINZO, Maria D'Alva Gil. Radiografia do Quadro Partidário Brasileiro. São Paulo, Konrad-Adenauer-Stiftung, 1993.

LEMOS, Leany B. de Sousa e RANINCHESKI, Sonia. Carreras políticas en el Senado brasileño: Un estudio de las composiciones del Pleno y de la Comisión de Constitución, Justicia y Ciudadanía en la década de 90. Lateinamerika Analysen. Hamburg, 2003.

LIJPHART, Arend. Modelos de Democracia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LIMA JR., Olavo Brasil de. Democracia e Instituições Políticas no Brasil dos Anos 80. Rio de Janeiro, Edições Loyola, 1993.

LIMONGI, Fernando & FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. "Partidos Políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994". Dados, vol. 38, n. 3, 1995.

MARENCO, André y SERNA, Miguel. Por que as carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 22, n. 64, 2007.

MARQUES, Jales Ramos e FLEISCHER, David. PSDB de facção a Partido. O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) seu desenvolvimento histórico, sua estrutura, programa e capacidades e suas perspectivas dentro do sistema partidário brasileiro (1987/1995). Brasília: Gráfica e editora Positiva, 1999.

MELHEM, C. S. Política de Botinas Amarelas: O MDB-PMDB paulista de 1965 a 1988. São Paulo: Hucitec, 1998.

MENEGUELLO, Raquel. PT: A formação de um Partido – 1979/1982. São Paulo, Paz e Terra, 1989.

MICHELS, Robert. Sociologia dos Partidos Políticos. Brasília. Editora da Universidade de Brasília, 1982.

MIGUEL, Luis Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, n. 20, 2003.

MOSCA, Gaetano: A Classe Política, Ediciones Galatea-Nueva Visión, Buenos Aires, 1957. (1ª ed. Italiana: 1896).

NORRIS, Pippa. *Passages To Power. Legislative Recruitment*. In: *Advanced Democracies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

NOVAES, Carlos Alberto. “Dinâmica Institucional de Representação”, *Novos Estudos Cebrap* 38. São Paulo, março, 1994.

PARETO, Vilfredo. *Sociologia Política*. Trad. Ruy R. Cunha. In. RODRIGUES, José Albertino (org.). São Paulo, Ática, 1984.

PERISSINOTTO, R e VEIGA, L. Profissionalização política, processo seletivo e recursos partidários: uma análise da percepção dos candidatos do PT, PMDB, PSDB e DEM nas eleições para Deputado Federal de 2010. *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, vol. 20, n. 1, 2014, pp. 49-66.

PUTNAM, Robert. *The Comparative Study of Political Elites*. New York: Prentice-Hall, 1976.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Mudanças na classe política brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2006.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos políticos, ideologia e composição social*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 2002.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Pobres e ricos pelo poder: novas elites na política / Leôncio Martins Rodrigues*. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Topbooks, 2014.

ROMA, Celso. A institucionalização do PSDB* entre 1988 e 1999 A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Junho/2002, vol.17, n. 49, p.71-92.

SAMUELS, David. “Determinantes do Voto Partidário em Sistemas Eleitorais Centrados no Candidato: Evidências sobre o Brasil”. *Dados*, vol. 40, n. 3, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1997.

SANTANA, Luciana. Perfil, trajetórias e ambição política dos legisladores na construção de suas carreiras: Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. *Teoria e Sociedade*, Belo Horizonte, n. 16, 2008.

SANTOS, André Marengo dos. “Sedimentação de Lealdades Partidárias no Brasil: Tendências e Descompasso”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 16, n. 45, fevereiro, 2001.

SANTOS, Fabiano. Deputados Federais e Instituições Legislativas no Brasil: 1946-99. In: BOSCHI, Renato.; DINIZ, Eli. SANTOS, Fabiano (Orgs.) Elites Políticas e Econômicas no Brasil Contemporâneo. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

SHUMPETER, Joseph: Capitalismo, Socialismo e Democracia, Zahar, Rio de Janeiro, 1961 (1ª ed. Americana: 1943).

Trajetória da presença do PT nas cidades brasileiras. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

WEBER, M. Ciência e política: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1993.

WEBER, Max. "Parlamentarismo e governo numa Alemanha reconstruída". In Weber, Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1980.